

# Esquerda pára Orçamento

26 JUN 1991 CORREIO BRAZILIENSE

## e recesso está ameaçado

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso só votará o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1992 na manhã de sexta-feira. Foi o que se acertou ontem, em uma reunião rápida que caracterizou o primeiro passo do PT e do PDT para obstruir a votação da lei. Como, de acordo com a Constituição, o Congresso não pode entrar em recesso sem que as diretrizes orçamentárias estejam aprovadas, na prática a decisão ameaça as férias dos parlamentares, que começariam na segunda-feira. PT e PDT querem que antes de mais nada se votem os projetos de lei sobre política salarial e salário mínimo.

Foi o petista Eduardo Jorge quem invocou o regimento para exigir três dias de prazo para emendar o texto ontem apresentado pelo relator Messias Góis (PFL-SE). Diante do regimento, a Comissão não pode contestar. Outro petista, o senador Eduardo Suplicy, advertiu a Comissão para que evite a repetição das distorções ocorridas no orçamento deste ano. Seus assessores cruzaram informações contidas no orçamento e descobriram concentração de recursos em municípios inexpressivos.

O orçamento a ser elaborado em 1992 corre o risco de abrir demais as torneiras do Tesouro Nacional para os estados e muni-

cípios. A semente dessa abertura está no parecer do deputado Messias Góis. O texto retira da versão original, enviada pelo Governo ao Congresso, a proibição para que sejam feitas transferências voluntárias de recursos do Governo Federal aos estados e municípios. "Alguma receita sempre sobra no orçamento do Governo e não podemos proibi-lo de canalizar recursos para novos projetos de interesse dos estados e municípios", justifica Góis.

**Critérios** — A LDO é a lei que fixa os critérios para os gastos públicos, uma espécie de filtro para que o Governo não gaste em setores não-prioritários ou além de suas possibilidades. Em sua versão original, o Ministério da Economia previa que transferências voluntárias de verbas — fora daquelas obrigatórias definidas pela Constituição ficariam proibidas.

Mas a tese contrária tem fortes adeptos na Comissão de Orçamento. Entre eles está o presidente da Comissão, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO). Ele avalia que desde o ano passado os governadores e prefeitos ficariam numa situação de penúria, contando "apenas com a arrecadação de impostos locais e com os recursos dos fundos de participação", o que é muito pouco, garante. Já o relator acrescenta

mais um argumento pela abertura das torneiras: "O próprio Governo pode criar novos projetos para a alocação de recursos. Por que não deixar essa possibilidade prevista já na LDO?", defende.

**Impasse** — A Comissão começará hoje a discutir o parecer de Messias Góis, com a expectativa de votar o texto até a próxima sexta-feira. Mas nô caminho dessa votação há o impasse criado pelos líderes do PT, José Genoino, e do PDT, Vivaldo Barboza. Eles impõem como condição para votar a LDO que sejam apreciados antes a nova política salarial e o projeto de lei que definirá os critérios para a fixação do salário mínimo. O PDT quer elevar o salário mínimo e Barboza garante que essa é a prioridade do seu partido. Para contornar essa resistência, os líderes partidários começaram, ontem, a articular um acordo que promete envolver difíceis negociações com o Governo em torno dos dois temas que a oposição tomou como bandeiras.

Diante do novo complicador, o presidente do Senado, Mauro Benevides, comunicou ontem a todos os parlamentares a recomendação para que permaneçam em Brasília neste fim de semana, e admite até mesmo a prorrogação do período parlamentar para depois do dia 30 próximo.